

# **Demonstrações Financeiras Intermediárias**

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER**

30 de junho de 2016  
com Relatório dos Auditores Independentes

# **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CON CER**

## Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2016

### Índice

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias .....	1
Demonstrações financeiras intermediárias	
Balanço patrimonial.....	3
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstração do fluxo de caixa .....	8
Demonstração do valor adicionado .....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias .....	10

## **Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER**  
Duque de Caxias - RJ

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER (“Companhia”), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance de revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações para os períodos de três e de seis findos naquela data e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



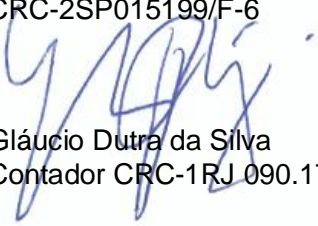
## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2016.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/F-6



Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC-1RJ 090.174/O-4

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Balanço patrimonial  
30 de junho de 2016 e 2015  
(Valore expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	3	3.866	3.334
Contas a receber	4	13.564	13.522
Adiantamento a fornecedores		1.729	7.649
Impostos a recuperar	5	4.051	13.765
Contas a receber - contrato de concessão	6	-	469.691
Despesas antecipadas	7	2.379	958
Outros créditos		1.913	497
Total do ativo circulante		<u>27.502</u>	<u>509.416</u>
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais		997	1.003
Imposto de renda, contribuição social diferido		9.140	-
Contas a receber	4	7.002	7.002
Intangível	8	1.304.695	799.806
Total do ativo não circulante		<u>1.321.834</u>	<u>807.811</u>
Total do ativo		<u>1.349.336</u>	<u>1.317.227</u>

	<b>Nota</b>	<b>30/06/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	<b>527.652</b>	508.993
Debêntures	9	<b>64.203</b>	68.773
Fornecedores	10	<b>24.449</b>	40.878
Partes relacionadas	11	<b>16.116</b>	20.281
Salários, provisões e encargos sociais		<b>11.131</b>	10.841
Impostos, taxas e contribuições	12	<b>7.421</b>	12.531
Receitas diferidas, líquidas	13	<b>1.929</b>	2.628
Outras obrigações		<b>1.934</b>	1.795
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>654.835</b>	666.720
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	<b>3.231</b>	4.381
Debêntures	9	<b>128.780</b>	130.427
Impostos, taxas e contribuições	12	<b>5.681</b>	5.740
Imposto de renda, contribuição social diferido	15	<b>169.281</b>	168.691
Provisões para contingências	18	<b>352</b>	217
Receitas diferidas	13	<b>3.685</b>	4.364
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>311.010</b>	313.820
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	16	<b>188.428</b>	96.163
Reservas de capital		<b>16.985</b>	16.985
Reservas de lucros		<b>57.827</b>	63.409
Ajuste de avaliação patrimonial		<b>120.251</b>	131.344
Adiantamento futuro de aumento de capital			28.786
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>383.491</b>	336.687
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.349.336</b>	1.317.227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONKER

### Demonstração do resultado

Período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015
Receita operacional líquida	20	197.644	572.237	91.731	143.266
Custos dos serviços prestados	21	(129.610)	(317.006)	(59.417)	(98.126)
Lucro bruto		68.034	255.231	32.314	45.140
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas		(5.699)	(7.630)	(2.712)	(4.238)
Amortização de intangível		(2.080)	(2.084)	(1.047)	(1.038)
Despesas com pessoal		(6.121)	(5.707)	(3.475)	(2.812)
Outras receitas operacionais, líquidas		-	(47)	-	(47)
Total das despesas operacionais		(13.900)	(15.468)	(7.234)	(8.135)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		54.134	239.763	25.080	37.005
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		1.718	1.434	1.027	412
Despesas financeiras		(81.074)	(59.641)	(43.592)	(31.877)
	22	(79.356)	(58.207)	(42.565)	(31.465)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(25.222)	181.556	(17.485)	5.540
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente			(19.303)		(21.041)
Diferido		8.547	(56.095)	5.932	11.214
	15	8.547	(75.398)	5.932	(9.827)
Lucro líquido (prejuízo) do período		(16.675)	106.158	(11.553)	(4.287)
Quantidade de ações (lotes de mil)		9.035	7.190	9.035	7.190
Lucro líquido (prejuízo) por ação - R\$		(1,85)	14,76	(1,28)	(0,60)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Demonstração do resultado abrangente

Período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>01/01/2016 a 30/06/2016</b>	<b>01/01/2015 a 30/06/2015</b>	<b>01/04/2016 a 30/06/2016</b>	<b>01/04/2015 a 30/06/2015</b>
Lucro líquido (prejuízo) do período	<b>(16.675)</b>	106.158	<b>(11.553)</b>	(4.287)
Outros resultados abrangentes				
Total dos resultados abrangentes	<b>(16.675)</b>	106.158	<b>(11.553)</b>	(4.287)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Semestre findo em 30 de junho de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros/ prejuízos acumulados	AFAC	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido	
				Estatutária	Legal	Reserva de de retenção de lucros					Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	96.163	-	-	1.037	10.380	58.526	69.943	-	-	148.319	314.425
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	106.158	-	-	106.158
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(58.526)	(58.526)	-	-	-	(58.526)
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	8.923	-	(8.923)	-
Saldos em 30 de junho de 2015	<b>96.163</b>	-	-	<b>1.037</b>	<b>10.380</b>	-	<b>11.417</b>	<b>115.081</b>	-	<b>139.396</b>	<b>362.057</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<b>188.428</b>	<b>(92.265)</b>	<b>16.985</b>	<b>639</b>	<b>6.388</b>	<b>56.382</b>	<b>63.409</b>	-	<b>28.786</b>	<b>131.344</b>	<b>336.687</b>
Integralização de capital	-	<b>92.265</b>	-	-	-	-	-	-	<b>(28.786)</b>	-	<b>63.479</b>
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	<b>(16.675)</b>	-	-	<b>(16.675)</b>
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	<b>11.093</b>	-	<b>(11.093)</b>	-
Saldos em 30 de junho de 2016	<b>188.428</b>	-	<b>16.985</b>	<b>639</b>	<b>6.388</b>	<b>56.382</b>	<b>63.409</b>	<b>(5.582)</b>	-	<b>120.251</b>	<b>383.491</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONKER

Demonstração do fluxo de caixa  
Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro do período antes do IR e CSLL	<b>(25.222)</b>	181.556
Ajustes conciliar às disponibilidades aplicadas nas atividades operacionais		
Amortização	<b>50.366</b>	37.716
Apropriação de juros de empréstimos e financiamentos	<b>54.563</b>	54.017
Apropriação de juros de debêntures	<b>22.535</b>	-
Variações monetárias de parcelamentos tributários	-	28
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	<b>135</b>	46
Receitas diferidas	<b>(1.378)</b>	(1.340)
Variação em ativos e passivos operacionais		
(Aumento) diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	<b>(42)</b>	1.028
Contas a receber - contrato de concessão	<b>(18.531)</b>	(140.665)
Impostos a recuperar	<b>9.714</b>	(1.771)
Despesas antecipadas	<b>(1.422)</b>	(2.187)
Outros valores a receber	<b>5.466</b>	(238)
Depósitos judiciais	-	(2.372)
Aumento (diminuição) dos passivos		
Fornecedores	<b>(16.429)</b>	11.923
Contas a pagar empresas ligadas	<b>(4.165)</b>	16.625
Salários, provisões e encargos sociais	<b>290</b>	2.248
Impostos, taxas e contribuições	<b>(3.908)</b>	(1.083)
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	<b>138</b>	(2.031)
Pagamentos de IRPJ e CSLL correntes	<b>(1.261)</b>	(19.302)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>70.849</b>	134.198
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do intangível	<b>(67.986)</b>	(46.728)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<b>(67.986)</b>	(46.728)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	<b>63.479</b>	-
Dividendos pagos e antecipação de dividendos	-	(203.800)
Captações através de empréstimos, financiamento e debêntures	<b>13.907</b>	515.000
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	<b>(18.542)</b>	(220.196)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos	<b>(35.416)</b>	(33.351)
Juros e remunerações pagas sobre debêntures	<b>(25.759)</b>	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<b>(2.331)</b>	57.653
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<b>532</b>	145.123
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	<b>3.334</b>	5.206
No fim do período	<b>3.866</b>	150.329
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<b>532</b>	145.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONCR

Demonstrações do valor adicionado  
Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	<b>30/06/2016</b>	<b>30/06/2015</b>
Receitas	<b>226.438</b>	594.996
Receitas de pedágio	<b>133.806</b>	118.706
Receitas de construção	<b>73.460</b>	465.105
Outras receitas	<b>19.172</b>	11.185
Insumos adquiridos de terceiros	<b>(74.820)</b>	(281.332)
Custo dos serviços prestados	<b>(10.620)</b>	(39.679)
Custo de construção	<b>(54.323)</b>	(234.971)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<b>(9.877)</b>	(6.682)
Valor adicionado bruto	<b>151.618</b>	313.664
Amortização	<b>(50.366)</b>	(37.716)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<b>101.252</b>	275.948
Valor adicionado recebido em transferência	<b>1.718</b>	1.434
Receitas financeiras	<b>1.718</b>	1.434
Valor adicionado total a distribuir	<b>102.970</b>	277.382
Distribuição do valor adicionado	<b>102.970</b>	277.382
Remuneração do trabalho (salários e encargos)	<b>14.293</b>	10.041
Remuneração do governo (impostos, taxas e contribuições)	<b>12.247</b>	92.341
Remuneração do capital de terceiros (juros e aluguéis)	<b>82.012</b>	59.919
Remuneração do capital próprio (dividendos e lucros retidos)	<b>(5.582)</b>	115.081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações sobre a Companhia**

A Companhia foi constituída em 16 de outubro de 1995, sob a denominação de Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO ("Concer" ou "Companhia"), tendo como objeto social a recuperação, o reforço, o monitoramento, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração da Rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões) e os respectivos acessos, durante o prazo de 25 anos, contados a partir de 01 de março de 1996, data da transferência do controle da rodovia para a Concessionária. A sede social da Companhia está localizada na Rodovia Washington Luiz, 13.892 - Jardim Primavera - Duque de Caxias - Rio de Janeiro - RJ.

É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social, salvo com expressa autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), instituída pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, que substituiu o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

O regime jurídico do Contrato de Concessão confere à ANTT a prerrogativa de alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, rescindi-lo, fiscalizar e a execução e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total, sendo que as cláusulas econômico-financeiras do Contrato de Concessão não poderão ser alteradas sem prévia concordância da Concessionária.

A concessão de exploração da rodovia extingue-se por advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da Concessionária.

Extinta a concessão, reverterem à ANTT todos os bens transferidos para a administração da Concessionária, os bens reversíveis incorporados à rodovia durante a concessão e os direitos e privilégios decorrentes da concessão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais trabalhistas e cessam, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do contrato. Em caso de extinção, a Concessionária será indenizada pelo valor contábil dos investimentos incorporados à concessão.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, que é reajustada anualmente. Todavia, em razão da peculiaridade do serviço prestado, são facultadas outras fontes de receitas, sejam elas direta ou indiretamente provenientes de atividades vinculadas à exploração da rodovia, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviços e lazer, inclusive as decorrentes de publicidades. A exploração destas fontes depende de prévia autorização da ANTT.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações sobre a Companhia--Continuação**

Em 30 de abril de 2014, a Companhia assinou o Décimo Segundo Termo Aditivo ao Contrato, cujo objeto é incluir no Contrato de Concessão novos investimentos em complementação à verba já prevista para a execução da Nova Subida da Serra de Petrópolis. Os aportes de recursos complementares estipulados neste aditivo são devidos para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em razão de novos investimentos e passaram a ser reconhecidos a partir de maio de 2014.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$627.333 e prejuízo no período de R\$16.675 em vista de altos encargos financeiros e de empréstimos e financiamentos obtidos para fazer face aos compromissos assumidos, que demandam a realização de novos investimentos na rodovia, gerando aumento do passivo circulante. A observação de capital circulante líquido negativo nas fases inicial e intermediária dos projetos são usuais aos empreendimentos de concessão de serviço público, uma vez que no início destes projetos há uma incidência grande de gastos incorridos e financiados por empréstimos ponte, que no planejamento do projeto serão substituídos por linhas de financiamento de longo prazo.

Mediante esse cenário, a administração está presentemente discutindo com instituições financeiras e bancos de desenvolvimento os termos e características finais de seu financiamento de longo prazo e espera ter todo este processo concluído até 30 de setembro de 2016, adicionalmente o acionista controlador da Concer possui a habilidade de prover suporte financeiro à Companhia, caso necessário seja.

#### **Nova Subida da Serra**

A Nova Subida da Serra (NSS) é um importante investimento da Concer para a infraestrutura viária do Brasil. Após receber autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Concer deu início à implantação do Projeto da Nova Subida da Serra da BR-040. O projeto está dividido em 5 lotes de obras e prevê a construção de uma pista com aproximadamente 20 quilômetros de extensão em substituição ao atual trecho de subida da Rio-Petrópolis, em operação há mais de 80 anos. Serão 15 quilômetros de duplicação da atual pista de descida - que apresenta traçado mais moderno - e outros 5 quilômetros que irão compor a extensão de um túnel rodoviário.

O contrato foi reequilibrado pelo fluxo de caixa marginal, considerando uma taxa interna de retorno (TIR) real e do projeto de 8,01%, bem como a indenização dos investimentos feitos. Além disso, a Companhia fará jus ao recebimento de uma taxa de administração de 10,12% para os investimentos em capex e 6,24% para os investimentos indiretos.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações sobre a Companhia--Continuação**

#### **Nova Subida da Serra--Continuação**

A indenização dos investimentos foi dividida em três pagamentos de aproximadamente: R\$304.327 (com vencimento até 31 de dezembro de 2014), R\$638.422 milhões (com vencimento até 31 de dezembro de 2015) e R\$334.095 (a ser recebido em até 30 dias após a conclusão da obra).

Do montante previsto, ocorreu pagamento parcial do poder concedente em 2015, no valor de R\$237.360. Considerando que o aditivo prevê que na falta de pagamento pelo poder concedente, o reequilíbrio contratual se dá através de extensão de prazo de concessão, a Companhia encontra-se em tratativas com a ANTT para definir o novo prazo a ser considerado (Nota 6).

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias em 14 de julho de 2016.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações, emitidas pelo CPC, que estavam em vigor em 30 de junho de 2016. As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e análise de custo incorrido x custo orçado para reconhecimento de receita de construção.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras --Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias foram adotados os princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 da Companhia, aprovadas em 19 de fevereiro de 2016. Essas demonstrações financeiras intermediárias devem ser analisadas em conjunto com aquelas demonstrações financeiras de 2015 acima mencionadas, para a melhor compreensão das informações apresentadas.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixas e bancos	3.525	3.137
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	341	197
	<u>3.866</u>	<u>3.334</u>

As aplicações financeiras são compostas por CDB de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI, resgatáveis a qualquer momento.

### 4. Contas a receber

#### Circulante

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dbtrans	843	770
Visa	507	200
Auto Expresso	692	800
Via Fácil	10.972	11.308
Uso Faixa domínio	211	133
Conectcar	141	115
Outros	198	196
	<u>13.564</u>	<u>13.522</u>

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Contas a receber--Continuação

#### Não circulante

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Contas a receber	46	46
Outros créditos "Uso faixa de domínio"	8.708	8.708
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>(1.752)</b>	<b>(1.752)</b>
	<b><u>7.002</u></b>	<b><u>7.002</u></b>

Os saldos a receber referentes à "Uso faixa domínio" estão apresentados no não circulante em função da revisão de sua expectativa de realização ser superior a doze meses.

### 5. Impostos a recuperar

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Antecipações IRPJ	499	8.441
Antecipações CSLL	65	2.830
ISSQN a recuperar	1.564	1.564
IR a recuperar	1.324	625
CS a recuperar	151	151
Outros impostos a recuperar	448	154
	<b><u>4.051</u></b>	<b><u>13.765</u></b>

### 6. Contas a receber - contrato de concessão

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Indenizações a receber	-	468.736
Outros créditos	-	955
	<b><u>-</u></b>	<b><u>469.691</u></b>



## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Contas a receber - contrato de concessão--Continuação

Como descrito na Nota 1, a Concer assinou, em 30 de abril de 2014, o 12º Termo Aditivo que previa aportes de capital como forma de reequilíbrio do Contrato de Concessão pela realização das obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis e nova praça de pedágio, não contidas no Plano de Exploração da Rodovia (PER). De acordo com o Aditivo, estas remunerações são indenizações do poder concedente.

Do montante previsto para recebimento até 31 de dezembro de 2014 (aproximadamente R\$263.814), R\$182.999 foram recebidos em 05 de janeiro de 2015 e em 28 de abril de 2015 foram recebidos R\$54.361. O montante previsto para recebimento até 31 de dezembro de 2015 não foi recebido até a data de aprovação destas demonstrações financeiras intermediárias.

A Administração da Companhia entende que o pagamento parcial da parcela vencida em 31 de dezembro de 2014 e o não pagamento da parcela vencida em 31 de dezembro de 2015 ensejam inadimplência do Poder Concedente e por tal motivo possui segurança jurídica de que o reequilíbrio do contrato é devido e será obtido. A Administração da CON CER enviou uma correspondência ao Poder Concedente comunicando seu inadimplemento. A Administração da Companhia encontra-se em discussão com o poder concedente para assinatura do 13º Termo Aditivo que formalizará extensão do prazo da concessão. Neste sentido, a Companhia em 31 de março de 2016 efetuou a transferência do ativo financeiro para o ativo intangível no montante de R\$487.267 e passou a classificar mensalmente a receita de construção no ativo intangível.

### 7. Despesas antecipadas

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prêmios de Seguros a Apropriar	2.201	774
Outros	178	184
	<u>2.379</u>	<u>958</u>

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Intangível

	Recuperação, operação e melhoramentos de rodovias	Imobilizações próprias e benfeitoria em bens de terceiros	Intangível Nova Subida da Serra	Total
Custo do intangível bruto				
Saldo em 31/12/2015	1.310.616	37.062	212.320	1.559.998
Construções/Aquisições	15.784	4.797	47.405	67.986
Transferência ativo financeiro			487.267	487.267
Saldo em 30/06/2016	1.326.400	41.859	746.992	2.115.251
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2015	(745.076)	(15.116)	-	(760.192)
Amortização	(47.341)	(3.023)	-	(50.364)
Valor contábil líquido	(792.417)	(18.139)	-	(810.556)
Saldo do intangível em 30/06/2016	533.983	23.720	746.992	1.304.695

A taxa de amortização é calculada com base no volume de tráfego em relação ao volume total de tráfego estimado no período da concessão, 18,95% em 2016 e 12,54% em 2015.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

#### a) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos podem ser assim demonstrados:

	30/06/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Financiamento - intangível				
FINAME - Guanabara	1.226	472	1.247	206
FINAME - ABC do Brasil	418	-	443	184
FINEP	1.607	1.070	1.679	1.844
Banco Mercedes	925	1.618	877	2.128
Banco Guanabara - CDC	137	68	-	-
Leasing	146	3	302	19
	<b>4.459</b>	<b>3.231</b>	<b>4.548</b>	<b>4.381</b>
Financiamento - capital de giro				
Banco ABC	40.280	-	39.500	-
Banco Guanabara	8.059	-	8.058	-
Banco Panamericano	9.623	-	16.010	-
Banco Fibra	12.905	-	-	-
Banco Pine	48.306	-	52.864	-
BNDES	167.416	-	158.924	-
Notas promissórias	223.307	-	214.063	-
Banco Crédito Varejo	13.297	-	15.026	-
	<b>523.193</b>	<b>-</b>	<b>504.445</b>	<b>-</b>
	<b>527.652</b>	<b>3.231</b>	<b>508.993</b>	<b>4.381</b>

#### *FINAME*

Refere-se aos seguintes contratos: 1) Contrato de financiamento do produto BNDES-FINAME para aquisição de 4 (quatro) caminhões Mercedes-Benz. O valor dos equipamentos segundo contrato é de R\$1.826, sendo 10% liquidado a vista e o restante R\$1.643, financiado em 36 parcelas, com carência 03 (três) meses para início de amortização. Os juros pactuados em contrato são de 4% ao ano. 2) Contrato de Alienação fiduciária tendo como garantia os veículos adquiridos. Contrato de financiamento do produto BNDES-FINAME para aquisição de 04 (quatro) guinchos socorro KABI-STRONG. O valor dos equipamentos conforme o contrato é de R\$2.060 sendo 10 % liquidado à vista e o restante R\$1.854, financiado em 36 parcelas, com carência de 3 (três) meses para início da amortização. Os juros pactuados do contrato são de 4% ao ano. 3) Contrato de financiamento para aquisição de 4(quatro) caminhões Mercedes-Benz. O valor dos veículos é de R\$608 mil, sendo 10% liquidado à vista e o restante financiado em 42 parcelas, com carência de 06 (seis) meses para início de amortização. Os juros pactuados em contrato são de 10% ao ano. 4) Contrato de financiamento para 04 (quatro) guinchos-reboque.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação**

#### a) Empréstimos e financiamentos--Continuação

##### *FINAME--Continuação*

O valor dos equipamentos conforme contrato é de R\$229 mil, sendo 10% liquidado à vista e o restante financiado em 42 parcelas, com carência de 6 (seis) meses para início da amortização. Os juros pactuados do contrato são de 10% ao ano. 5) Contrato de financiamento para 04 (quatro) cabines para caminhões. O valor dos equipamentos é de R\$83 mil, sendo 10% liquidado à vista e o restante financiado em 42 parcelas, com carência de 06 (seis) meses para início da amortização. Os juros pactuados do contrato são de 10% ao ano. Contrato de Alienação fiduciária tendo como garantia os veículos adquiridos.

##### *Contrato FINEP*

Trata-se de financiamento para custear as despesas incorridas na elaboração dos Estudos e Projetos da Nova Subida da Serra de Petrópolis da Rodovia BR-040, pactuado em 27 de agosto de 2009. Os valores liberados são amortizados em prestações mensais, com vencimento iniciado em 15 de maio de 2011 e terminando em 15 de janeiro de 2018.

A taxa de juros é de 8% ao ano - sujeito ao *spread* de 5% ao ano acima da variação da TJLP. A operação foi realizada inicialmente tendo como garantia carta de fiança bancária, no entanto, em 10 de dezembro de 2010, foi assinado termo aditivo ao contrato de financiamento, tendo por objetivo a exclusão das cartas de fiança e inclusão da Triunfo Participações e Investimentos como avalista da operação.

##### *Contratos Banco ABC Brasil S.A. - Cédula de Crédito Bancário*

Com o objetivo de captar recursos para realização das obras da Nova Subida da Serra até a liberação de financiamentos de longo prazo, a Companhia contraiu empréstimos com o Banco ABC Brasil SA.

Os contratos existentes em 31 de março de 2016 com vencimento no mês de maio foram renegociados e em 30 de junho de 2016, a empresa mantinha 2 contratos ativos: o primeiro contrato de R\$30.000 com juros de 100% CDI + 4,60% ao ano e vencimento em 29 de agosto de 2016 e o segundo contrato de R\$9.500 com juros de 100% CDI + 4,60% a.a. e vencimento 02 de agosto de 2016.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação**

#### a) Empréstimos e financiamentos--Continuação

##### *Contratos Banco Guanabara - Cédula de Crédito Bancário*

Em 22 de dezembro de 2015 foi emitida Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$5.058, com vencimento no dia 22 de junho de 2016 e taxa de juros de CDI + 6,8% a.a. No mês de junho foi realizado aditamento à CCB em referência para pagamento em 19 de dezembro de 2016, com taxa de juros de CDI + 7,44% a.a.

Em 15 de julho de 2015 foi pactuado o Contrato de Cédula de Crédito Bancário no valor total de R\$3.000, e em 15 de janeiro de 2015 a mesma foi aditada com taxa de juros de 100% CDI + 6,8% a.a. e vencimento em 15 de julho de 2016. Esta última parcela está sendo negociada pela Companhia para postergação do pagamento.

##### *Contratos Banco Panamericano - Cédula de Crédito Bancário*

Em 18 de julho de 2014 foi pactuado o Contrato de Cédula de Crédito Bancário no valor total de R\$28.500, com taxa de juros de 100% CDI + 3,00% a.a. e vencimento da última parcela em 17 de julho de 2015. Em 18 de fevereiro de 2015 e 17 de março de 2015 foi amortizado o valor de R\$4.750 nos dois meses, perfazendo o total de R\$9.500.

Antes do vencimento, foi realizado um aditamento, ficando o novo prazo para 27 de abril de 2016 com valor de R\$19.000 e taxa de 100% CDI + 5,50% a.a.

Em 09 de abril de 2016 foi aditada a CCB em questão, com valor de R\$9.500 a amortizar em parcelas de valores iguais e vencimento final em 09 de setembro de 2016, com taxa de juros CDI + 7,5% a.a.

##### *Contratos Banco Fibra - Cédula de Crédito Bancário*

Em 14 de janeiro de 2016 foi pactuado contrato de Cédula de Crédito Bancário no valor total de R\$12.800, com taxa de juros de 100% CDI + 6% a.a., amortização em 06 (seis) parcelas e vencimento final em 13 de janeiro de 2017, tendo como avalista da operação Triunfo Participações e Investimentos

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação**

#### a) Empréstimos e financiamentos--Continuação

##### *Contratos Banco Pine - Cédula de Crédito Bancário*

Em 15 de dezembro de 2014 foi pactuado contrato de Cédula de Crédito Bancário no valor total de R\$60.000, com taxa de juros de 100% CDI + 4,03% a.a. e vencimento em 15 de junho de 2015, tendo como avalista da operação Triunfo Participações e Investimentos.

No vencimento, foi realizado o aditamento, ficando o novo prazo para 13 de junho de 2016 e taxa de 6,5% a.a.

Na data do vencimento foi realizado aditamento à CCB, com o principal reduzido para R\$49.000 e novo prazo de vencimento para 11 de outubro de 2016.

##### *BNDES*

Em 07 de maio de 2015 foi celebrado o contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito no valor total de R\$420.000 (quatrocentos e vinte milhões), tendo a Triunfo Participações e Investimentos como interveniente da operação.

O crédito foi dividido em 4 (quatro) subcréditos, onde:

Subcrédito "A": no valor de R\$147.000 (cento e quarenta e sete milhões) com taxa de juros de TJLP + 4,25% a.a.

Subcrédito "B": no valor de R\$63.000 (sessenta e três milhões) com taxa de juros de TR (taxa de referência) + 4,25% a.a.

Subcrédito "C": no valor de R\$147.000 (cento e quarenta e sete milhões) com taxa de juros de TJLP + 3,00% a.a.

Subcrédito "D": no valor de R\$63.000 (sessenta e três milhões) com taxa de juros de TR (taxa de referência) + 3% a.a.

O vencimento do contrato será em 15 de novembro de 2016 ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES à Companhia por meio de contrato de Financiamento de Longo Prazo, o que ocorrer primeiro.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação**

#### a) Empréstimos e financiamentos--Continuação

##### *BNDES--Continuação*

Em 26 de junho de 2015 foi disponibilizado à Companhia um recurso parcial no montante de R\$150.000 (cento e cinquenta milhões) advindos dos Subcréditos "A" e "B", nos valores de R\$90.000 (noventa milhões) e R\$60.000 (sessenta milhões) respectivamente.

##### *Notas promissórias*

Em 18 de janeiro de 2016, a Companhia assinou contrato de financiamento, na modalidade de Notas Promissórias, com o Banco Santander (Brasil) S.A., BB Banco de Investimento S.A. e Banco Itaú BBA S.A. O financiamento totalizou R\$210.000 (duzentos e dez milhões) na data da emissão (valor original) para a utilização, com encargos 100% do CDI + 2,00% a.a. terá como garantidor a TPI Triunfo Participações e Investimentos S.A. e a Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. As Notas Promissórias terão prazo de vencimento de 180 dias a contar da data da emissão.

##### *Contratos Banco Crédito Varejo - Cédula de Crédito Bancário BMG*

Em 08 de junho de 2015 foi pactuado contrato de cédula de crédito bancário - Conta Garantida no valor de R\$15.000 com vencimento dezembro de 2015 e taxa de juros de 100% do CDI + 4,28 a.a., tendo como avalista da operação Triunfo Participações e Investimentos. Neste mesmo mês foi aditado o contrato por mais 182 dias, mantidas as mesmas taxas.

Em 24 de março foi realizado novo aditamento, com saldo de principal de R\$13.250, vencimento em 01 de julho de 2017 e taxa de juros de CDI + 4,78% a.a.

Até 30 de junho de 2016, esta Concessionária permaneceu em tratativas com o Banco para novo aditamento.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONKER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

#### a) Empréstimos e financiamentos--Continuação

*Contratos Banco Crédito Varejo - Cédula de Crédito Bancário--Continuação*

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2017	1.852	3.031
2018	1.085	1.119
2019	294	231
	<u>3.231</u>	<u>4.381</u>

#### b) Debêntures

	<u>30/06/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Debêntures	64.203	128.780	68.773	130.427
	<u>64.203</u>	<u>128.780</u>	<u>68.773</u>	<u>130.427</u>

Em 13 de julho de 2013 a Companhia firmou um instrumento particular para emissão de debêntures não conversíveis em ações junto aos bancos Itaú e Santander por um montante de R\$200.000 (com um custo de transação de R\$5.607). As debêntures não possuem cláusula de repactuação.

A data de emissão para todos os fins e efeito foi em 17 de junho de 2013. As debêntures emitidas são de série única, com remuneração semestral a partir da data de emissão, nos meses de junho e dezembro de cada ano. As mesmas serão remuneradas pela variação acumulada de 100% do CDI, capitalizadas inicialmente com sobretaxa de 2,10% expressas na forma percentual ano, base de 252 dias úteis. A partir de 17 de dezembro de 2015 a remuneração das debêntures passou a ser de 100% CDI + 3,85% a.a.

O valor nominal unitário das debêntures é de R\$1.000, na data de emissão, sem atualização de valor nominal. Foram emitidas 200 (duzentas) debêntures.



## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONKER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

#### b) Debêntures--Continuação

O prazo de vencimento das debêntures é de cinco (5) anos. O valor unitário das debêntures inicialmente previsto para ser amortizado em três (3) pagamentos anuais iguais e consecutivos, conforme tabela abaixo:

<u>Data de amortização</u>	<u>Percentual do valor nominal unitário das debêntures</u>
17 de junho de 2016	33,34%
17 de junho de 2017	33,33%
17 de junho de 2018	33,33%

Os recursos são destinados a refinanciamento de dívida, investimento de capital e distribuição de dividendos e terá como garantidor a TPI Triunfo Participações e Investimentos S.A. e a Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. As garantidoras atuam como fiadoras e são responsáveis pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o valor nominal unitário das debêntures e a remuneração das debêntures.

A primeira amortização prevista para o dia 17 de junho de 2016 foi dividida em 4 (quatro) parcelas, registrado em Assembléia Geral de Debenturistas e divididas conforme quadro abaixo:

<u>Data de amortização</u>	<u>Percentual do valor nominal unitário das debêntures</u>
24 de junho de 2016	0,75%
01 de julho de 2016	0,75%
08 de julho de 2016	0,75%
13 de julho de 2016	31,09%

Abaixo a composição das Debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Valor da amortização</u>	
2017	64.390	65.213
2018	64.390	65.214
	<u>128.780</u>	<u>130.427</u>

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação**

#### b) Debêntures--Continuação

##### *Cláusula de vencimento antecipado*

De acordo com a Escritura de emissão de Debêntures simples, cláusula VII o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e exigir o imediato pagamento pela Emissora na ciência da ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento elencados a seguir:

- (a) Descumprimento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura.
- (b) Ocorrência de (i) dissolução, liquidação, extinção ou pedido de autofalência da Emissora e/ou das Fiadoras; (ii) decretação de falência da Emissora e/ou das Fiadoras; (iii) pedido de falência formulado, de boa-fé, por terceiros em face da Emissora e/ou das Fiadoras.
- (c) Ocorrência de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado ou decisão em procedimento administrativo contra a Emissora e/ou às fiadoras que resultem no pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$10.000 no caso da Emissora e da Rio Bonito, consideradas em conjunto, e/ou a R\$40.000 no caso da TPI.
- (d) Declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações contraídas pela Emissora, junto a terceiros em valor, individual ou agregado, superior a R\$10.000.
- (e) O inadimplemento pela Emissora na data de vencimento original, e quaisquer obrigações pecuniárias ou financeiras contraídas junto aos Debenturistas.
- (f) Declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações não financeiras contraídas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras junto aos Debenturistas e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pelos Debenturistas.
- (g) Cisão, fusão e incorporação da Emissora ou das Fiadoras, exceto por (i) cisão, fusão ou incorporação que mantenham a TPI na posição de controladora societária direta ou indireta da Emissora.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação**

#### b) Debêntures--Continuação

##### *Cláusula de vencimento antecipado--Continuação*

- (h) Caso haja, a qualquer tempo, atraso, suspensão ou paralisação das atividades objeto do Contrato de Concessão por culpa da Emissora, desde que não remediado no prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados de referido atraso, suspensão ou paralisação.
- (i) Na hipótese da Escritura de Emissão tomar-se comprovadamente ineficaz, inexecúvel ou inválida nos termos de qualquer sentença judicial (que não seja uma liminar), e tal invalidade ou inexecutibilidade não seja revertida no prazo de 10 (dez) Dias Úteis da sua ocorrência.
- (j) Aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta Escritura de Emissão.
- (k) Pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio na ocorrência de qualquer hipótese de Evento de Inadimplemento, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
- (l) Rescisão, anulação, encampação, caducidade da concessão objeto do Contrato de Concessão, exceto caso a Emissora obtenha decisão judicial ou administrativa que permita a regular continuidade das atividades da Emissora dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados (i) da data de publicação no Diário Oficial do cancelamento, revogação, ou suspensão, ou (ii) data do recebimento, pela Emissora de notificação comunicando o cancelamento, revogação ou suspensão, o que ocorrer primeiro.
- (m) Não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações dos alvarás de funcionamento ou licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto caso a Emissora obtenha decisão judicial ou administrativa que permita a regular continuidade das atividades da Emissora dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contado (i) da data de publicação Diário Oficial da não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, ou (ii) data do recebimento, pela Emissora de notificação comunicando a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, o que ocorrer primeiro.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

#### b) Debêntures--Continuação

*Cláusula de vencimento antecipado*--Continuação

- (n) Decretação de intervenção pela ANTT, desde que tal evento não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertido em um prazo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento da notificação pela Emissora da ocorrência do referido evento de inadimplemento.

### 10. Fornecedores

	30/06/2016	31/12/2015
Manutenção e conservação	4.401	6.227
Operação	1.711	2.112
Custo de construção	17.359	30.598
Gastos gerais administrativos/pessoal	672	1.515
Outros	306	426
	<b>24.449</b>	<b>40.878</b>

### 11. Transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas são compostos como segue:

	Fornecedores		Intangível		Custos/despesas			
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	Conservação	Manutenção	Arrecadação	Operação
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
TPI S.A.	2.249	823	-	-	-	-	-	-
Consórcio NSS	-	-	48.117	127.997	-	92.158	-	-
Rio Bonito	12.205	13.518	-	-	-	25.561	-	18.263
Compasa	1.662	5.940	-	14.125	-	-	-	-
Total	<b>16.116</b>	<b>20.281</b>	<b>48.117</b>	<b>142.122</b>	<b>-</b>	<b>117.719</b>	<b>-</b>	<b>18.263</b>

A Concessionária contratou a empresa Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda., para realizar a prestação de serviços especializados de operação da rodovia, serviços de manutenção, conservação e Serviços de Atendimento ao Usuário (SAU) os quais são realizados no trecho sob a responsabilidade da Companhia. Houve rescisão do contrato em outubro de 2015, com saldo em aberto no Passivo.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **11. Transações com partes relacionadas--Continuação**

O Consórcio Nova Subida da Serra foi contratado para a execução de obras de contenção, recuperação, implantação de acessos e retornos ao longo de toda extensão da rodovia e para a execução da obra da Nova Subida da Serra.

A COMPASA foi contratada para realizar serviços de recuperação do pavimento flexível em toda extensão da Rodovia.

Valores contratuais:

a) Contratos de operação

No contrato de operação firmado em 03 de janeiro de 2015 entre a Companhia e Rio Bonito estavam prevista a prestação de serviços especializados de atendimento médico pré-hospitalar, socorro mecânico (guincho e resgate), recolhimento de animais na pista, sistema de pesagem, sistema de rádios e transporte de pessoal. O prazo do contrato era de 730 dias. Tal contrato não possui valor global, dependendo de medições e quantidades mensais. Houve comunicação de rescisão contratual em 19 de outubro de 2015.

b) Contrato de recuperação, conservação e manutenção

No contrato de recuperação/conservação/manutenção firmado entre a Companhia e as empresas Rio Bonito e a Compasa estão previstos a realização de serviços em obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança e pavimentos. Foram firmados preços unitários para cada tipo de serviço. O contrato com a Rio Bonito não possui valor global, dependendo de medições e quantidades mensais. O valor do contrato com a Compasa é de R\$20.073. Houve comunicação de rescisão contratual entre Rio Bonito e Concer em 19 de outubro de 2015.

c) Contrato de Execução de Obras da Nova Subida da Serra

No contrato de implantação da "Nova Subida da Serra" estão previstos serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte corrente, drenagem, sinalização, obras complementares, túnel, obras de artes especiais e obras de contenção. O contrato tem prazo de 36 meses contados a partir da emissão da Ordem de Serviços definitiva, por parte da contratante. O preço global do contrato é de R\$758.422. Trata-se de um contrato por empreitada a preço fixo ("turn key") e não são conhecidos ou esperados eventos que venham majorar a obrigação da Companhia em relação a este contrato.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Impostos, taxas e contribuições

#### a) Impostos a recolher

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda	-	891
Contribuição Social	-	324
COFINS	<b>1.333</b>	2.298
PIS	<b>149</b>	504
ISSQN	<b>1.909</b>	2.984
Imposto de renda retido fonte	<b>281</b>	915
Contribuições retidas na fonte (PIS, Cofins, CSLL)	<b>648</b>	2.111
Parcelamentos tributários	<b>3.101</b>	2.504
	<b>7.421</b>	12.531

#### b) Parcelamento débitos tributários

A Companhia apresenta parcelamento dos seguintes tributos:

- IRPJ e CSLL, o qual é atualizado pela TJLP e tem prazo de amortização em 60 parcelas, contado a partir de março de 2010.
- PIS, o qual é atualizado pela TJLP e tem prazo de amortização em 130 parcelas, contado a partir de setembro de 2006.
- INSS, o qual é atualizado pela TJLP e tem prazo de amortização em 60 parcelas, contado a partir de novembro de 2015.
- ISS nas Prefeituras de Areal, Matias Barbosa, Petrópolis, Duque de Caxias e tem prazo de amortização em até 60 parcelas, contado a partir de janeiro de 2016.

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Parcelamento PIS	<b>132</b>	220
Parcelamentos federais (PIS/COFINS)	<b>3.187</b>	3.594
Parcelamentos previdenciários	<b>1.863</b>	2.066
Parcelamento ISS	<b>3.600</b>	2.364
	<b>8.782</b>	8.244
Passivo circulante	<b>3.101</b>	2.504
Passivo não circulante	<b>5.681</b>	5.740

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Receitas diferidas

As Receitas diferidas correspondem às receitas decorrentes do contrato de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Embratel pagará à Companhia uma remuneração total de R\$20.709, dos quais R\$7.699 foram antecipados em 11 de outubro de 2007. O saldo do contrato será recebido em 13 parcelas anuais de R\$970 acrescidos de R\$404 referentes ao último período, corrigidas anualmente pelo IGP-M. O contrato teve seu início em outubro de 2007.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à Companhia para implantação de rede de afluentes o valor de R\$26 e para implantação de adutora o valor de R\$156. Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e são corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Eletronet pagou à Companhia uma remuneração total de R\$7.942. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a TELEBRÁS pagará anualmente à Companhia o valor de R\$284. O contrato teve seu início em setembro de 2012 e é corrigido anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência dos contratos, o qual está previsto até o término do prazo de concessão.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o saldo líquido das receitas a diferir estavam distribuídos da seguinte forma:

	30/06/2016	31/12/2015
Eletronet	2.740	3.172
Embratel	2.639	3.563
Cervejaria Petrópolis	185	56
Telebrás	50	201
	<b>5.614</b>	<b>6.992</b>
Passivo circulante	1.929	2.628
Passivo não circulante	3.685	4.364

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONKER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido do exercício.

Em 2015, a Companhia pagou R\$ 75.755 referentes ao exercício de 2015.

Em 31 de maio de 2016, a assembleia decidiu que não haverá destinação de dividendos para o ano corrente.

	30/06/2016	31/12/2015
Acionistas		
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	-	47.347
Construcap CCPS Engenharia e Com. S.A.	-	13.636
CMSA Participações S.A.	-	7.954
CCI Concessões S.A.	-	6.818
	-	75.755

### 15. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a Companhia tem reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentando a seguinte natureza:

	30/06/2016			31/12/2015
	IRPJ	CSLL	Total	Total
IR e CS diferidos				
Ativo				
IR e CS diferidos s/prov. custo manutenção	149	54	203	203
IR e CS diferidos s/prov. contingências	844	303	1.147	-
IR e CS diferidos s/prejuízo fiscal	5.728	2.062	7.790	695
Total ativo	6.721	2.419	9.140	898
Passivo				
Sobre reserva reavaliação	45.550	16.398	61.948	65.965
Sobre leasing	294	106	400	414
Sobre margem construção	71.191	25.629	96.820	90.313
Sobre amortização intangível	7.436	2.677	10.113	12.897
Total passivo	124.471	44.810	169.281	169.589



## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONKER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 30 de junho de 2016 e 2015 estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<b>(25.222)</b>	181.556
Alíquota nominal (IRPJ de 25% e CSLL de 9%)	<b>34%</b>	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	<b>8.575</b>	(61.729)
(Adições) exclusões permanentes	<b>(66)</b>	(256)
Incentivos (FIA/Lei Rouanet/Esporte/PAT)	<b>38</b>	-
Outros	<b>38</b>	(13.413)
Imposto de renda e contribuição social reconciliado	<b>8.547</b>	(75.398)
IRPJ e CSLL correntes	-	(19.303)
IRPJ e CSLL diferidos	<b>8.547</b>	(56.095)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<b>8.547</b>	(75.398)
Alíquota efetiva	<b>34%</b>	42%

A alíquota nominal dos impostos é de 34,0% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real.

Em 13 de maio de 2014, a Medida Provisória 627 foi convertida na Lei nº 12.973/2014. A Administração da Companhia, a partir de janeiro de 2015 passou a adotar os novos critérios.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social, em caso de dissolução da Companhia, salvo no caso de extinção ao término do prazo de concessão, quando a distribuição de dividendos e o reembolso do capital serão procedidos de acordo com o total das participações acionárias. O capital autorizado é de R\$100.000.

Em 17 de dezembro de 2015, houve subscrição de capital no montante de R\$92.265, a serem integralizados em até 90 dias. Os acionistas efetuaram os aportes, ocorrendo a transferência do capital integralizado em 30 de junho de 2016.

O capital social em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro 2015 está composto conforme demonstrativo:

	Ações		Total	%
	Ordinárias	Preferenciais		
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	1.920.394	3.840.786	5.761.180	63,77%
Construcap CCPS Engenharia e Com. S.A.	553.074	1.106.145	1.659.219	18,36%
CMSA Participações S.A.	322.627	645.251	967.878	10,71%
CCI Concessões S.A.	215.703	431.404	647.107	7,16%
Pessoas físicas	-	10	10	-
	<b>3.011.798</b>	<b>6.023.596</b>	<b>9.035.394</b>	<b>100%</b>

#### b) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia constituiu reserva de capital no montante de R\$16.985, que será utilizada para subscrever e integralizar capital social no exercício de 2016, atendendo a obrigatoriedade prevista no Contrato de Concessão. Para essa constituição, foram utilizados os saldos de reservas legal e estatutária de 2014, que totalizavam R\$11.417, e R\$5.568 do lucro do exercício.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Patrimônio líquido--Continuação

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a reserva de reavaliação constituída em anos anteriores com base em laudo emitido por peritos independentes. O seu saldo é apresentado líquido dos efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 (R1) o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "ajuste de avaliação patrimonial".

d) Reserva de lucro a realizar

Foi constituída reserva de lucros com base no resultado do exercício de 2015, ajustado pela realização da reserva de reavaliação, e após a constituição das reservas de lucro e de capital.

e) Reserva estatutária

De acordo com o estatuto social, deverá ser constituída uma reserva específica para restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão, através da aplicação do percentual de 0,5% sobre os lucros líquidos anuais da Companhia, até atingir o limite máximo de 10% do capital social.

f) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, durante o período.

g) Lucro por ação

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Até 16 de dezembro de 2015, a Companhia possuía 7.190 ações e, a partir de 17 de dezembro de 2015 a quantidade de ações foi para 9.035, devido ao aumento de capital.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

<b>Marcos contratual</b>	<b>Valor da importância segurada</b>	<b>Prazo de vigência</b>
Risco patrimonial - veículo	100% da tabela FIPE (i)	Set/2015 a Set/2016
Riscos patrimoniais, de engenharia e faturamento	99.445	Dez/2015 a Dez/2016
Responsabilidade civil	17.310	Dez/2015 a Dez/2016
Garantia de execução da concessão	15.896	Abr/2016 a Abr/2017
Risco de engenharia - Nova Subida da Serra	841.870	Dez/2013 a Mai/2017

(i) Preço médio de reposição, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

### 18. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis, conforme demonstradas abaixo:

	<b>31/12/2015</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>30/06/2016</b>
Processos trabalhistas	-	207	-	207
Processos cíveis	217	-	(72)	145
Provisão para contingências	217	207	(72)	352

A administração baseada na opinião de seus assessores jurídicos considera que as causas com probabilidade de perda possível são: Civil R\$9.132 e Trabalhista R\$87 (R\$7.268 Civil e R\$72 Trabalhista em 31 de dezembro de 2015).

### 19. Remuneração dos administradores

A proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia para o período corrente foi apresentada e aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 31 de maio de 2016, que estabeleceu a remuneração global da diretoria para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2016 será de até R\$4.952 e a remuneração para os conselheiros será de até R\$127.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONKER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Remuneração dos administradores--Continuação

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas. A Companhia não possui um plano de opções de ações.

Até junho de 2016 foi reconhecido no resultado do período, o montante de R\$1.665 (R\$1.838 em 30 de junho de 2015).

### 20. Receita operacional líquida

A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Receita de pedágio	133.806	118.706
Receitas acessórias	2.363	2.308
Receita de construção	73.460	465.106
Imposto sobre serviços	<b>(11.985)</b>	<b>(13.883)</b>
	<u><b>197.644</b></u>	<u>572.237</u>

### 21. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados apresenta a seguinte composição:

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Manutenção e conservação	<b>(2.819)</b>	(17.769)
Operação	<b>(13.812)</b>	(22.223)
Custo de construção	<b>(54.323)</b>	(234.971)
Custo de monitoramento	<b>(1)</b>	(53)
Projetos especiais	<b>(34)</b>	(45)
Pessoal	<b>(10.335)</b>	(6.313)
Amortização custos	<b>(48.286)</b>	(35.632)
	<u><b>(129.610)</b></u>	<u>(317.006)</u>

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido, em 30 de junho de 2016, está assim composto:

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	39	1.182
Juros ativos	1.670	-
Outras receitas financeiras	9	252
	<u>1.718</u>	1.434
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(54.563)	(28.780)
Juros sobre debêntures	(22.535)	(24.823)
Outros	(3.976)	(6.038)
	<u>(81.074)</u>	(59.641)
	<u>(79.356)</u>	<u>(58.207)</u>

### 23. Compromissos

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia - PER, prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2016	166.446
2017 a 2021	67.585
	<u>234.031</u>

Os valores apresentados foram atualizados de acordo com o índice de atualização da tarifa constante da revisão 22 do PER, aprovada em agosto de 2015. Tal índice foi de 4,32745.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **24. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro**

#### a) Análise dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 38 - Instrumentos financeiros (Reconhecimento e mensuração), CPC 39 - Instrumentos financeiros (Apresentação) e CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros (Evidenciação).

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- i. Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- ii. Empréstimos e financiamentos - são classificados como mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis.

#### b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 30 de junho de 2016, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e CDI vigentes em 30 de junho de 2016 foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2016 e a partir deste calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2016. A data-base utilizada para os financiamentos foi 30 de junho de 2016 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Santander (debêntures)	CDI	27.191	33.989	40.787
Banco ABC do Brasil	CDI	5.675	7.094	8.513
Banco Panamericano	CDI	1.356	1.695	2.034
Banco PINE	CDI	6.806	8.508	10.209
Banco Fibra	CDI	1.818	2.273	2.727
Banco Guanabara	CDI	1.164	1.455	1.747
Notas promissórias	CDI	31.464	39.330	47.196
Banco Crédito Varejo	CDI	1.874	2.342	2.810
FINEP	TJLP	201	251	301
FINAME - Guanabara	TJLP	127	159	191
FINAME - ABC	TJLP	31	39	47
Finame - Mercedes	TJLP	191	238	286
BNDES	TJLP	12.556	15.695	18.834
		<u>90.456</u>	<u>113.069</u>	<u>135.683</u>
Taxa/Índice sujeitos às variações	CDI	14,09%	17,61%	21,14%
Taxa/Índice sujeitos às variações	TJLP	7,50%	9,38%	11,25%

Para fins de aplicação financeira, não efetuamos a análise de sensibilidade visto que o risco de variação de cenário é irrelevante.

#### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.



## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **24. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação**

d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), e de financiamentos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

O faturamento da Companhia é proveniente de cobrança de tarifas de pedágio, com recebimento à vista, pagamentos antecipados e a receber em no máximo 30 dias, provenientes de cobrança automática.

O risco de crédito de saldos com contas correntes e aplicações financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia. A Companhia diversifica com contrapartes de primeira linha para minimizar a concentração de riscos.

e) Risco de mercado

O desenvolvimento do preço do petróleo pode ser citado como um fator externo que seria capaz de prejudicar o desempenho da Companhia. A atividade da Companhia goza de um risco estrutural intrínseco ao negócio, passível de influências da economia brasileira.

A exploração da rodovia pelo setor privado encontra-se a princípio garantido pela presente visão do governo federal, no que toca ao papel do setor privado em setores outrora de exclusividade estatal.

Desconhecemos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

i) *Risco de taxas de juros e inflação*

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

## **Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2016

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **24. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação**

f) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas 3 (três) praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato.

g) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico - financeiro da companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

h) Operações com derivativos

A Companhia não mantém qualquer tipo de Instrumentos Financeiros Derivativos.

## Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação  
30 de junho de 2016  
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### i) Gestão de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	<b>723.866</b>	712.254
(-) Caixas e equivalentes de caixa (Nota 3)	<b>(3.866)</b>	(3.334)
Dívida líquida	<b>720.000</b>	708.920
Patrimônio líquido	<b>383.491</b>	336.689
Total do capital	<b>1.103.491</b>	1.045.609
Índice de alavancagem financeira - %	<b>65,2%</b>	67,8%

### 25. Eventos subsequentes

Conforme registrado em ata de Assembleia Geral de Debenturistas, a companhia cumpriu as amortizações das debêntures previstas para 01 de julho de 2016 (R\$1.500) e para o dia 08 de julho de 2016 (R\$1.500), mantendo o compromisso assumido.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 12 de julho de 2016, foi acordado que a parcela prevista para o dia 13 de julho de 2016, de 31,09% foi renegociada, sendo quitados 10% em 13 de julho de 2016 e o restante (21,09%) com vencimento em 14 de setembro de 2016.

Em 14 de julho de 2016, em Assembleia Geral de Notistas, deliberaram sobre a prorrogação do prazo de vencimento das Notas Promissórias da 4ª emissão da Companhia por 60 dias adicionais, perfazendo um prazo de vencimento total de 240 dias contados da data de emissão.